

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PLENÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS (SECRETARIADA) – GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 28 de outubro de 2025, terça-feira às 13h30, de modo híbrido, reuniram-se os membros do Subcomitê do Sistema Lagunar da Lagoa Rodrigo de Freitas com o ponto de pauta: **1) Definição sobre inclusão do município do Rio de Janeiro na contratação sobre drenagem (Daniel Bicalho Hoefle vai aprofundar o debate sobre a inclusão do apoio aos planos municipais de saneamento e drenagem com a equipe da AGEVAP e da Fundação Rio Águas). Vera Chevalier sugeriu que se inclua a atenção às medidas de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) nos planos de drenagem; 2) Consulta sobre inclusão de PJs (Pessoas Jurídicas) com fins lucrativos para execução de plano de educação ambiental do CBH-BG (Comitê de Bacia Hidrográfica - Baía de Guanabara); 3) Consulta sobre sugestão de hierarquização das áreas prioritárias para restauração na SR SC LRF; 4) Deliberação sobre a possibilidade de reduzir o valor destinado à pesquisa; 5) Deliberar sobre a possibilidade de apoio à revisão dos planos de manejo das UCs Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca (enviar contatos dos gestores dessas UCs).** Iniciada a reunião com quórum de segunda chamada às 13h44min com o seguinte item em discussão: **1) Definição sobre inclusão do município do Rio de Janeiro na contratação sobre drenagem (Daniel Bicalho Hoefle vai aprofundar o debate sobre a inclusão do apoio aos planos municipais de saneamento e drenagem com a equipe da AGEVAP e da Fundação Rio Águas). Vera Chevalier sugeriu que se inclua a atenção às medidas de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) nos planos de drenagem:** Daniel Bicalho Hoefle informou que foi discutido internamente na Fundação Rio-Águas sobre a temática da drenagem e que concluíram que o montante de recursos disponível não seria suficiente para a elaboração de um plano de drenagem abrangente para todo o município. Destacou que, diante da impossibilidade de complementar o valor com



28 contrapartida municipal no momento, o alinhamento interno da prefeitura apontou para
29 a destinação integral da verba à drenagem sustentável, em vez de sua utilização em
30 um plano de drenagem convencional de caráter amplo. Adriana Bocaiuva apresentou
31 a contextualização da reunião, esclarecendo que a discussão se referia
32 especificamente à contratação a ser realizada pelo Comitê da Baía de Guanabara,
33 sobre drenagem sustentável, sendo Daniel Bicalho Hoefle o responsável pela consulta
34 à prefeitura sobre a viabilidade e o escopo da ação e questionou sobre a estimativa de
35 valor. Daniel Bicalho Hoefle estimou informalmente em cerca de R\$10.000.000,00 (dez
36 milhões de reais), em razão da complexidade e do volume de levantamentos de campo
37 exigidos e mencionou a título de comparação, que planos dessa natureza costumam
38 apresentar custos significativamente superiores aos de planos de água e esgoto.
39 Informou que será necessário realizar um estudo com caráter quantitativo, capaz de
40 avaliar a eficiência das soluções de drenagem sustentável, especialmente no que diz
41 respeito à infiltração, retenção de material sólido e sedimentos, bem como à redução
42 de cargas direcionadas aos corpos hídricos. Adriana Bocaiuva fez um esclarecimento
43 para os que não possuíam ciência de que a proposta da PUC (Pontifícia Universidade
44 Católica do Rio de Janeiro) é, originalmente, que a turma do professor Antonio
45 Krishnamurti fosse deslocada para uma área de comunidade do Alto Gávea,
46 especificamente a Vila Parque, mas que se trata de uma iniciativa muito específica e
47 experimental, voltada ao teste de soluções construídas em conjunto com a
48 comunidade. Daniel Bicalho Hoefle completou dizendo que incluía práticas como
49 biorremediação com plantas e que essa ideia é muito interessante. Suema Branco
50 sugeriu uma reunião especificamente a respeito desta pauta, ao passo que Adriana
51 Bocaiuva deixou como sugestão que, em vez de trazer novamente o tema como ponto
52 formal de pauta, fosse agendada uma reunião específica na PUC-Rio para aprofundar
53 o escopo técnico e metodológico da proposta. Foi informado a Ana Cristina Malheiros
54 que o grupo havia concordado com o encaminhamento apresentado por Daniel Bicalho
55 Hoefle e que seria agendada uma reunião específica na PUC-Rio, antes da próxima

reunião ordinária, com o objetivo de detalhar a proposta de drenagem sustentável e avançar nos elementos necessários à futura contratação. Não havendo objeções, a reunião foi encaminhada para o segundo ponto de pauta. **2) Consulta sobre inclusão de PJs com fins lucrativos para execução de plano de educação ambiental do CBH-BG:** Adriana Bocaiuva expôs que existe um debate intenso na Câmara Técnica de Educação Ambiental sobre a restrição em edital à PJs com fins lucrativos. Informou que a Valéria Marques, representante do CRBio (Conselho Regional de Biologia), acredita que essa restrição deve ser suprimida, devido à escassez histórica de entregas na área de educação ambiental. Mencionou que os poucos produtos existentes, como materiais produzidos para a Lagoa Rodrigo de Freitas, contaram com apoio institucional da PUC-Rio e colaboração voluntária dos membros, sem custos diretos ao comitê. Adriana Bocaiuva colocou em deliberação o posicionamento do grupo quanto ao veto à participação de pessoas jurídicas com fins lucrativos em editais de educação ambiental. Vera Chevalier confirmou que, na Câmara Técnica de Educação Ambiental, houve proposta de restringir os editais a instituições sem fins lucrativos em razão da baixa qualificação técnica apresentada por algumas empresas em processos anteriores. Ela avaliou que a medida não se mostrou eficaz, pois muitas instituições sem fins lucrativos não conseguem atender às exigências operacionais e administrativas dos editais. Defendeu que o caminho mais adequado consiste em permitir a participação ampla de pessoas jurídicas, com e sem fins lucrativos, acompanhada de Termos de Referência mais rigorosos e bem definidos quanto à experiência técnica, capacidade operacional e requisitos mínimos. Destacou ainda que instituições sem fins lucrativos também possuem obrigações fiscais e administrativas semelhantes às demais pessoas jurídicas, o que reforça a necessidade de isonomia no tratamento. Após a manifestação de Vera Chevalier, Adriana Bocaiuva submeteu o encaminhamento à concordância dos presentes, ficando registrado, por unanimidade, que o grupo se posiciona contra o veto à participação de pessoas jurídicas com fins lucrativos em editais de educação ambiental. **3) Consulta sobre sugestão de**

hierarquização das áreas prioritárias para restauração na SR (sub-região) SC

(Subcomitê) LRF (Lagoa Rodrigo de Freitas): Adriana Bocaiuva esclareceu que, o

tema que trata da contratação em andamento prevê a elaboração de estudos técnicos que resultarão na hierarquização das áreas de restauração em todas as sub-regiões.

Diante de dúvidas quanto ao escopo exato da contratação, solicitou-se a participação

de Marcos Jorge para esclarecimentos. Marcos Jorge confirmou que a consulta em

questão se refere a um edital que ainda será lançado, voltado a projetos diretos de

restauração, distinto do plano de restauração em elaboração. Adriana Bocaiuva

solicitou que constasse em ata que a Fundação Grupo Boticário apresentou ao

Conselho Gestor um estudo de hierarquização de áreas para reflorestamento e

ressaltou que não requer concordância automática com o estudo, mas da necessidade

de recebimento formal do material pela Câmara Técnica de Infraestrutura Verde para

análise, especialmente no contexto da futura contratação do plano de infraestrutura

verde do Comitê da Baía de Guanabara. Marcos Filgueiras Jorge manifestou que são

distintos o plano de infraestrutura verde e a definição de áreas para projetos. Adriana

Bocaiuva solicitou expressamente o registro em ata de que o estudo apresentado pela

Fundação Grupo Boticário será encaminhado e recebido para análise. Suema Branco

apresentou uma proposta conceitual voltada à melhoria da qualidade da água antes de

sua chegada à Lagoa Rodrigo de Freitas, com base em SBN (Soluções Baseadas na

Natureza). Explicou a ideia de utilização de macrófitas para redução de nutrientes e de

determinados poluentes por meio de processos de fitorremediação, destacando que

estudos indicam reduções significativas de coliformes em períodos prolongados de

retenção da água. Adriana Bocaiuva questionou sobre a localidade. Suema Branco

informou que inicialmente, seria no canal, ao passo que Adriana Bocaiuva já informou

que não é possível. Suema Branco esclareceu que para que as macrófitas tenham um

desempenho adequado, elas necessitam de um tempo de retenção de água e citou o

exemplo de um estudo recente em que com o uso delas, 90% dos coliformes fecais

foram reduzidos em 35 dias e ressaltou que a proposta não envolve a simples



112 introdução de macrófitas soltas, mas o uso de ilhas flutuantes ancoradas, com
113 dimensões controladas, ao passo que os membros citaram as limitações existentes em
114 canais de drenagem, em razão da necessidade de não comprometer a seção drenante.
115 Indicou que áreas como determinados canais urbanos apresentariam restrições
116 técnicas e institucionais, inclusive quanto à autorização por órgãos gestores. Após
117 considerações, Suema Branco avaliou que uma alternativa com menor risco
118 institucional poderia ocorrer a montante, no Rio Rainha, na área do Parque da Cidade.
119 Adriana Bocaiuva informou que já existe uma área de remanso e que a implementação
120 exigiria intervenções adicionais, como desassoreamento, o que implicaria custos.
121 Questionaram se a intervenção teria impacto significativo na qualidade da água ou
122 caráter predominantemente experimental. Suema Branco informou que o Rio Rainha
123 figura entre os contribuintes com maior carga poluente após atravessar áreas
124 densamente ocupadas. Após ampla discussão, o Jockey seria um local adequado. Uma
125 membra relatou ainda a experiência conhecida envolvendo projeto piloto com uso
126 combinado de algas e mariscos para filtração da água, desenvolvido por pesquisador
127 atuante na região de Angra dos Reis. Descreveu que, nesse modelo, os mariscos
128 inicialmente crescem em águas mais poluídas e, posteriormente, são transferidos para
129 áreas mais limpas para autodepuração, possibilitando inclusive aproveitamento
130 econômico. Adriana Bocaiuva destacou preocupações relacionadas à aplicação desse
131 tipo de solução na Lagoa Rodrigo de Freitas. Uma membra expressou sua aflição à
132 introdução de elementos externos e aos impactos decorrentes de eventual mortandade
133 de organismos, citando episódio anterior envolvendo gaiolas experimentais que
134 geraram forte odor e desconforto. Após discussão interna, José Manoel Rebouças
135 informou que próximo a região do Flamengo havia uma fazenda de planta Taboa e
136 questionou se os participantes tinham conhecimento sobre, destacando seus
137 benefícios ecológicos, incluindo proteção para peixes, aves e melhoria da qualidade da
138 água. Adriana Bocaiuva questionou sobre qual seria um bom local para o plantio, ao
139 passo que José Manoel Rebouças respondeu que preferencialmente em áreas rasas



específicas, como na região do Flamengo, próximas a clubes de remo. Após ampla discussão, José Manoel Rebouças retornou a fala informando que um bom exemplo seria a Gigoga, pois pesquisas demonstram que essa planta pode contribuir para a clarificação da água e redução de coloração, desde que exista controle rigoroso, ponto negativo levantado pelos membros. Após ampla discussão, Vera Chevalier sugeriu que uma proposta de uso de ilhas flutuantes no canal do Jockey apresentaria maior indicação técnica. Suema Branco corroborou e acrescentou a possibilidade de avaliação complementar no Rio Rainha. Vera Chevalier reforçou a avaliação de que o canal do Jockey, por apresentar condições ambientais críticas, constitui local prioritário para uma intervenção piloto, ainda que os resultados iniciais fossem modestos. Suema Branco enfatizou que a proposta prioriza o uso de espécies vegetais já existentes na região, evitando introdução de espécies exóticas, o que recebeu concordância de Vera Chevalier. Adriana Bocaiuva encaminhou o encerramento desse ponto da pauta. **4)**

Deliberação sobre a possibilidade de reduzir o valor destinado à pesquisa:

Suema Branco informou que há previsão de aproximadamente R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) destinados a essa rubrica, mas que surgiram contratempos operacionais, conforme apresentado anteriormente por Marcos Jorge. Explicou que a proposta inicial previa o repasse dos recursos para a FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) ou para o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a fim de que essas instituições gerissem editais de pesquisa voltados à melhoria da qualidade da água, o que não foi viabilizado. Informou que, diante desse impasse, Marcos Jorge sugeriu a proposta de reduzir pela metade o valor destinado à pesquisa e redirecionar parte dos recursos para outras finalidades. Manifestou, contudo, entendimento de que ainda seria possível manter a destinação à pesquisa, destacando que pesquisadores, incluindo estudantes de mestrado e doutorado e pesquisadores, frequentemente trabalham com recursos limitados, o que permitiria a execução de estudos de alta qualidade a custos inferiores aos de contratações empresariais.



Adriana Bocaiuva informou que o problema central não está na AGEVAP, mas no modelo atualmente adotado. Enfatizou que a ausência de investimentos não decorre de falta de interesse, mas das dificuldades práticas de articulação entre as demandas institucionais e os interesses da comunidade científica. Após ampla discussão, Adriana Bocaiuva solicitou que conste em ata que Suema Branco e a professora Ana Cristina Malheiros manifestaram interesse em contribuir para a identificação de linhas de pesquisa de interesse, mas ponderou que essa iniciativa exigiria um processo longo de articulação junto ao Comitê da Baía de Guanabara. Após ampla discussão, apresentou a questão central da deliberação, que consiste em decidir entre manter integralmente o montante destinado à pesquisa ou reduzir a rubrica. A deliberação foi favorável à manutenção do valor originalmente destinado à pesquisa, sem redução da rubrica no momento. **5) Deliberar sobre a possibilidade de apoio à revisão dos planos de manejo das UCs Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca (enviar contatos dos gestores dessas UCs):** Adriana Bocaiuva explicou que, originalmente, essa rubrica havia sido concebida para apoiar exclusivamente planos de manejo municipais, mas questionou a necessidade dessa restrição, manifestando posicionamento favorável à ampliação do escopo. Destacou que essa ampliação deve ocorrer em coerência com o futuro Plano de Infraestrutura Verde, que deverá indicar hierarquização de áreas prioritárias para restauração, proteção e conservação. Após ampla discussão, Adriana Bocaiuva solicitou que ficasse registrado em ata que as evidências e as técnicas devem ser priorizadas frente aos interesses políticos. Adriana Bocaiuva encaminhou o entendimento de que o subcomitê apoia favoravelmente a possibilidade de apoio aos planos de manejo de unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Não havendo outros informes, a reunião foi encerrada às 14h43min.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2025.

Presentes: Poder Público: Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª Região - Suema



195 Branco; Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS – Luiz
196 Constantino da Silva; Secretaria Municipal do Ambiente e Clima – SMAC - Nathalia
197 Torres Dutra. **Usuários de Recursos Hídricos:** Colônia dos Pescadores Z13 - José
198 Manoel Pereira Rebouças; Águas do Rio 1 – Anna Paula Gomes da Silva. **Sociedade**
199 **Civil:** Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade – AMHC – Adriana de Lima
200 Bocaiuva; Ecomarapendi – Vera Maria de Rossi; Associação de Moradores e amigos
201 do Jardim Botânico - AMAJB – Vera Maurity de França; Pontifícia Universidade Católica
202 do Rio de Janeiro – PUC - Ana Cristina Malheiros G. Carvalho. **Convidados:**
203 Fundação Rio-Águas - Daniel Bicalho Hoefle; Colônia dos Pescadores Z13 - Kátia [não
204 informado sobrenome]. **Secretaria Executiva AGEVAP:** Flavia Martins de Oliveira e
205 Marcos Jorge. **Ausentes:** Fundação Rio Águas - Patrícia Ney de Montezuma e Daniel
206 José Rienda Moraleida; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
207 Indústria, Comércio e Serviços do Rio de Janeiro - SEDEICS - André Luiz Medeiros de
208 Souza e Rogerio de Sousa Martins; Associação Carioca de Turismo de Aventura -
209 ACTA - Fábio José Ribeiro; Associação de moradores Pró-melhoramentos da Vila
210 Parque da Cidade – Waldir Cavalcante de Oliveira; Clube Naval - Amanda Coelho
211 Lopes e Eduardo Andrade Cavalcanti de Albuquerque; Centro Federal de Educação
212 Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET - André Leone Rigueti; Associação
213 de Moradores e Amigos da Gávea - AMAGAVEA – Luiza Maria Barbosa e Marcia Adler;
214 Instituto Mar Adentro – Mariana Clauzet e Clério Aguiar Júnior.

215 **Encaminhamentos:**

- 216 1. Os membros e a coordenação concordam com as informações apresentadas
217 por Daniel Bicalho Hoefle e marcarão uma reunião na PUC, antes da RO do dia
218 12/12/2025, para discutir sobre a inclusão do apoio aos planos municipais de
219 saneamento e drenagem; **(Coordenação)**

220 **Deliberações:**



1. Por unanimidade, todos são contra o veto da inclusão de PJs com fins lucrativos para execução de plano de educação ambiental do CBH BG; **(Ponto de pauta 2)**
2. A redução do valor destinado à pesquisa não foi aprovada; **(Ponto de pauta 4)**
3. Deliberaram a favor da possibilidade de apoio à revisão dos planos de manejo das UCs Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca. **(Ponto de pauta 5)**

